

## **Responsabilidade Social em Empreendimentos Hidrelétricos: um estudo de caso sobre a UHE Funil**

**ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA**

UFLA - Universidade Federal de Lavras  
andreinalima@yahoo.com.br

**ELIZA REZENDE PINTO NARCISO**

Universidade Federal de Lavras  
eliza\_narciso@hotmail.com

**FLÁVIA LUCIANA NAVES MAFRA**

Universidade Federal de Lavras  
flanaves@ufla.br

**LARISSA CARLA SIQUEIRA**

UFLA - Universidade Federal de Lavras  
larissasiqueira90@yahoo.com.br

## **GESTÃO SOCIOAMBIENTAL – RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA**

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: um estudo de caso sobre a UHE Funil**

#### **RESUMO**

As usinas hidrelétricas são atualmente a principal fonte de energia no Brasil. Para sua construção, é necessário, teoricamente, que empreendedores assumam a responsabilidade sobre as implicações decorrentes do empreendimento. A literatura aponta que os atingidos são atores que deveriam participar efetivamente das decisões concernentes à implantação desses empreendimentos, pois são os que sofrem diretamente os maiores impactos. Neste contexto, o objetivo do trabalho foi identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva dos atingidos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os atingidos da Comunidade do Funil e os dados foram tratados através de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010). Os resultados revelam a existência de diversas implicações, envolvendo aspectos sociais, ambientais e econômicos. Embora os empreendedores promovam ações sociais para minimizar essas implicações, percebe-se que as medidas mitigatórias são insuficientes, pois são pontuais e apenas cumprem com as obrigações legais, deixando de lado aspectos fundamentais sobre os impactos na vida dos atingidos.

**Palavras-chave:** Atingidos por barragens; Responsabilidade Social Empresarial; Implicações.

#### **ABSTRACT**

Hydroelectric power plants are currently the main source of energy in Brazil. For its construction, it is necessary, theoretically, that entrepreneurs take responsibility on the implications of the project. The literature suggests that those affected are actors who should effectively participate in the decisions related to the implementation of these projects, as they are the ones who directly suffer the most impacts. In this context, this study aims to identify and analyze the implications of the implantation of UHE Funil power plant, from the affected perspective. Thus, interviews were conducted with the affected of the Funil community and the data was processed through Content Analysis (BARDIN, 2010). The results reveal the existence of several implications, involving social, environmental and economic aspects. Although entrepreneurs promote social actions to minimize these implications, it is clear that mitigation measures are inadequate, as are occasional and only comply with the law, leaving aside important aspects about the impacts on the affected lives.

**Key-words:** Affected by Dams; Corporate Social Responsibility; Impacts.

## 1. Introdução

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não renováveis, mas elegeu as usinas hidrelétricas como a principal fonte de energia elétrica no país.

A partir da década de 1980, devido às políticas neoliberais e às privatizações, houve um expressivo aumento no número de hidrelétricas. Segundo dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EMPRESA DE PEQUISA ENERGÉTICA – EPE, 2013), entre os anos de 2005 e 2012, entraram em operação 43 novas usinas hidrelétricas no país. Além disso, outros 59 empreendimentos ligados à geração de hidroeletricidade estavam em construção em 2012 (PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013). Este aumento também está atrelado a política energética atual, em que esses grandes empreendimentos são quase sempre impostos e justificados pelo Estado e pela iniciativa privada como um meio de progresso e desenvolvimento regional (KREITLON, 2008).

No entanto, a construção de usinas hidrelétricas está situada em um contexto complexo, que envolve os interesses de diferentes atores. Silva (2007) aponta que os interesses dos atores envolvidos na construção de barragens geralmente se encontram em dois pontos opostos: de um lado encontram-se os empreendedores em busca de lucro e o governo pregando o discurso do desenvolvimento; do outro lado, estão as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

A *World Commission on Dams* (Comissão Mundial em Barragens, 2000) considera que a finalidade de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Porém, nem sempre esses fundamentos são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

Os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como “atingidos por barragens”, que podem ser considerados como qualquer pessoa que seja direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, seja pelo deslocamento físico ou econômico, por perdas materiais e imateriais, independente de serem inundados (VAINER, 2008).

Apesar de as hidrelétricas serem geralmente apresentadas como promessas de desenvolvimento, existem vários aspectos negativos, e por muitas vezes estes podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos. Percebe-se que, a ideia de desenvolvimento e de responsabilidade social assumida pelo Estado e pela iniciativa privada não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago.

Além disso, é notório como as empresas utilizam discursos de RSE nesses empreendimentos para se justificarem eticamente, com a promessa de que, eventualmente, em algum ponto, suas ações irão levar a algo bom (CEDERSTRÖM, MARINETTO, 2013). Entretanto, geralmente “as pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (NOBREGA, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação aos objetivos dos empreendimentos, sendo as populações locais excluídas dos seus planejamentos (SILVA, 2007). Deste modo, muitas vezes as ações de responsabilidade social adotadas pelos empreendedores não consideram a participação dos atingidos e acabam por ser apenas um discurso que garante os interesses empresariais, em detrimento do bem-estar das populações afetadas.

É possível notar que a construção de uma usina hidrelétrica traz a tona um cenário de interesses divergentes, mudanças sociais e ambientais irreversíveis, e que pode gerar diversos conflitos entre as partes, causando geralmente maiores perdas para os atingidos (NASCIMENTO; PEREIRA, 2010).

Para abordar tal realidade, nesta pesquisa tem-se como objeto de estudo a Usina Hidrelétrica do Funil, que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no sul de Minas Gerais e representa um desses grandes empreendimentos, promovido pelo governo em parceria com a iniciativa privada, sendo o Consórcio responsável pela usina formado pelas empresas Cemig (49%) e Vale (51%). Esse empreendimento começou a ser construído no ano 2000 e iniciou suas operações em 2003. O seu reservatório possui 34,71km<sup>2</sup> de extensão e sua área de impacto abrangeu os municípios de Lavras, Perdões, Ijaci, Bom Sucesso, Ibituruna e Itumirim. As comunidades Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil foram atingidas diretamente pelo alagamento para formação do reservatório (UHE FUNIL, 2014).

Deve-se observar que, devido aos fins e possibilidades deste estudo, optou-se por considerar como foco de investigação apenas a nova Comunidade do Funil, localizada no município de Lavras. Essa comunidade é formada pelos moradores da antiga Ponte do Funil, que foi completamente inundada pelo enchimento do lago. Assim, o objetivo geral desse trabalho foi identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva de atingidos. Mais especificamente, buscou-se analisar essas implicações com base na participação e no acesso e transparência dos atingidos nos processos decisórios do empreendimento, a partir da Teoria de RSE. Para atender a proposta de pesquisa, este trabalho é composto por, além dessa introdução, referencial teórico, a abordagem metodológica, a discussão dos resultados, e por fim, as considerações finais.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. O Setor de Energia Elétrica no Brasil e os Atingidos por Barragens**

O Brasil possui potencial de exploração de diversas fontes de energia renováveis e não renováveis, mas as usinas hidrelétricas foram eleitas como a principal fonte de energia elétrica no país e representam cerca de 66% da capacidade instalada, com participação de aproximadamente 75% do total de geração de energia elétrica (EPE, 2013).

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil no final do século XIX (FOSCHIERA; THOMAZ JÚNIOR, 2012), a partir de investimentos privados, com o intuito de atender à demanda por energia elétrica, e podem ser classificadas como grandes projetos de investimento, que se apropriam de recursos naturais e humanos sob a lógica estritamente econômica (SILVA; SILVA, 2011). No entanto, foi apenas entre os anos 1930 e 1980, através de investimento público direto do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, que houve um aumento e se consolidou a oferta de energia, que visava manter o parque industrial, permitir a urbanização e também possibilitar o acesso da população a serviços públicos (LIMA, 2012; PASE; ROCHA, 2010). Posteriormente, com a crise dos anos de 1980, o Estado se viu impossibilitado de continuar com os investimentos públicos no setor, levando ao declínio do desenvolvimentismo (LIMA, 2012). A partir dessa década, sob a influência do neoliberalismo, o Estado passou a implementar políticas de privatização, transferindo para as empresas privadas a responsabilidade pelo setor de energia elétrica (BASTOS, 2003). Essa transferência se dá através de concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada possa explorar as usinas, geralmente com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas, o que acarretou um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos no setor (COLITO, 2000; LETURCQ, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Além do grande número de barragens já existentes no Brasil, atualmente há uma tendência de aumento na quantidade de empreendimentos desse tipo, através de recentes incentivos do Estado, como o Programa de Aceleração do Crescimento, que buscaram expandir o setor elétrico e a hidroeletricidade, com a finalidade de garantir a produção energética do país (COLITO, 2000; LETURCQ, 2007; PORTO; FINAMORE; FERREIRA, 2013; ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Cabe destacar que esses grandes empreendimentos são quase sempre impostos e justificados em nome do progresso, do desenvolvimento regional e o bem-estar das comunidades, mesmo com as discussões acerca dos aspectos negativos do aumento de usinas hidrelétricas no território nacional. Grandes projetos hidrelétricos, como Itaipú, Tucuruí e Uruguai, foram concebidos dentro da visão de propiciar energia elétrica para desenvolver socialmente o país, apesar dos imensos impactos causados ao meio ambiente e às populações atingidas, indicando a presença de visões divergentes (COLITO, 2000).

Como afirmou Nobrega (2011), esses grandes empreendimentos não se constituem em uma “tecnologia neutra”, mas estão situados no campo da política, o qual é marcado por um grande conflito de interesses que abrange principalmente a apropriação de recursos naturais e a desapropriação dos ocupantes das terras desejadas pelos empreendimentos. Ainda segundo o autor, “estes conflitos situam os interessados na construção das barragens e as pessoas que ocupam os territórios visados pelos empreendimentos propostos em campos opostos” (NOBREGA, 2011, p. 128).

Os principais afetados pela construção de barragens são os moradores das áreas alagadas, os quais são conhecidos na literatura como atingidos por barragens. Segundo Nobrega (2011, p. 126), os atingidos por barragem estão incluídos em um grupo que é designado pela autora como “refugiados do desenvolvimento”, “termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura [...]”.

Segundo Vainer (2008), por muito tempo os empreendedores de projetos hidrelétricos de interesse público tinham o direito de desapropriação e suas ações eram limitadas à indenização, tratando-se de uma questão meramente territorial ou baseada em uma concepção hídrica.

Para as agências multilaterais, como o *International Financial Corporation*, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o conceito de atingidos não se atrela somente a uma questão territorial ou hídrica, mas relaciona-se a concepção dos empreendimentos como causadores de mudanças sociais. Assim, o conceito de atingidos abrange qualquer pessoa que passe por algum tipo de deslocamento físico ou econômico, ou que seja afetada pela “desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)” (VAINER, 2008, p. 5). Ademais, o autor cita que com base na literatura acadêmica atual, também podem ser considerados como atingidos, os proprietários ou comunidades a jusante da barragem, independente de terem sido inundados.

No entanto, apesar dos avanços na concepção sobre os atingidos por barragens, o que se observa na prática é que no tratamento desses grupos ainda prevalece uma abordagem baseada nas concepções territorial e hídrica.

## **2.2 Os impactos e o processo mitigatório de empreendimentos hidrelétricos**

Percebe-se que apesar desses empreendimentos serem geralmente apresentados como promessas de desenvolvimento, os aspectos negativos também estão presentes, e por muitas vezes podem ser mais relevantes do que aqueles pontos indicados como positivos.

Apesar dos esforços dos empreendedores do setor para tentar diminuir os impactos negativos da construção de barragens, através da omissão dos danos sociais e ambientais que podem ser causados, é inegável que as usinas hidrelétricas causam “alterações de grande porte na natureza” e “transformações radicais na sociedade” (NOBREGA, 2011, p. 129).

Piacenti et al. (2003) assinalam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios. Esses impactos podem ser divididos em ambientais, sociais e econômicos. Dentre os principais impactos ambientais, estão as mudanças causadas na flora e na fauna, e também sobre os recursos naturais, além das alterações na estrutura física e climática das regiões. Corroborando,

a WCD (2000) afirma que as barragens causaram e ainda causam perdas significativas e irreversíveis a espécies e ecossistemas. Quanto ao aspecto social, os principais impactos são a realocação e as desapropriações, que alteram o perfil da comunidade e o sistema populacional, podendo causar mudanças na cultura e o modo de vida das pessoas. Em relação aos impactos econômicos, aponta-se a injeção de recursos nas áreas atingidas e próximas a estas, devido à construção do empreendimento, mas também o alagamento de espaços produtivos que pode prejudicar a dinâmica econômica local (PIACENTI et al, 2003). Além disso, esses empreendimentos que são expostos como programas de desenvolvimento, já são responsáveis “pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de cem milhões de pessoas” (NOBREGA, 2011, p. 126).

Assim, a ideia de desenvolvimento não inclui em seus cálculos os danos sociais e ambientais causados, e considera que sacrificar comunidades locais e a natureza é um baixo custo a ser pago para garantir esse desenvolvimento. Ademais, geralmente, “as pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores [...]” (NOBREGA, 2011, p. 136), ou seja, são consideradas como tendo pouca importância e até como empecilhos, em relação às ideias de desenvolvimento e progresso trazidas pelos empreendimentos. Silva (2007, p. 2) aponta também que “a articulação do discurso do ‘desenvolvimento’, simbolicamente representado pelas grandes barragens, não foi capaz de incluir as populações locais no seu planejamento”.

As medidas compensatórias, denominadas de ações sociais, são realizadas como forma de minimizar ou neutralizar os danos causados, mas tais medidas não são capazes de atender às demandas das comunidades atingidas, pois ficam estritamente a cargo de critérios legais muito genéricos e que concentram o poder de decisão nas mãos das empresas. A avaliação de impactos sociais só é realizada após a definição do empreendimento, o que demonstra a ausência de preocupação com as questões sociais e da adequação socioambiental do empreendimento.

Além disso, Paula Soares (2004) aponta que há contradições nos discursos das organizações. Segundo ela, o discurso explicitado pelas empresas propõe “atitudes éticas com relação ao meio-ambiente, ao trabalhador e aos demais *stakeholders* da empresa”, porém, nem sempre o discurso que as organizações pregam representam suas práticas reais, havendo a predominância do interesse do capital sobre o social (PAULA SOARES, 2004, p. 10). Assim, Nogueira (2007, p. 21) afirma que “as questões sociais são colocadas em segundo plano nesse processo de tomada de decisões, elas passam a ser um ‘problema’ e as soluções propostas, na maioria dos casos, não favorecem a população”. Ou seja, as comunidades sofrem os maiores transtornos causados pelos impactos das hidrelétricas, tendo suas rotinas modificadas principalmente pela mudança no uso dos recursos naturais e do seu território, além das perdas sociais e simbólicas (NOGUEIRA, 2007; SILVA, 2007).

Cabe ressaltar ainda que, apesar de existirem vários mecanismos legais que regulamentam a implantação desses empreendimentos, como a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para fins de licenciamento ambiental, tais documentos tem uma orientação mais voltada para a dimensão ambiental e abordam de maneira rasa o aspecto social. Além disso, é possível observar que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) são elaborados pelas empresas de consultoria como ferramentas de propaganda do empreendimento, “afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados” (VAINER, 2008). Nascimento e Pereira (2010) indicam que os mecanismos de regulamentação para mitigação e compensação dos impactos sociais sofridos pelos atingidos por barragens ainda são deficientes, sendo necessárias alterações

na legislação que possibilitem o menor dano possível para essas populações e melhores condições de compensação pelas perdas econômicas, sociais e ambientais.

Outro ponto que merece destaque é o descaso por parte dos empreendedores do setor em relação às populações atingidas pelas barragens, não havendo a participação efetiva dessas populações nos processos decisórios (BERMANN, 2007; VAINER, 2007; ZHOURI; OLIVEIRA 2007), ou seja, os principais interessados desse contexto são excluídos das decisões.

Nesse sentido, percebe-se que, muitas vezes, a iniciativa para minorar os impactos causados advém dos próprios empreendedores, pois, para obter o EIA-RIMA, os responsáveis pela construção da barragem necessitam especificar medidas mitigatórias que compensem esses impactos. Porém, essas iniciativas não representam medidas pautadas nos interesses dos atingidos nem são eficazes na mitigação dos danos sofridos por eles, pois tem como principal preocupação apenas o cumprimento dos requisitos legais para a obtenção das licenças necessárias para o funcionamento do empreendimento (SILVA; MORET, 2012).

### **2.3 Responsabilidade Social Empresarial: uma perspectiva crítica**

Durante as últimas décadas, houve um grande aumento na preocupação sobre a responsabilidade social empresarial (VAN AAKEN, SPLITTER, SEIDL, 2013). Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) assinalam que devido às novas pressões sociais, existe uma necessidade por parte das organizações de justificarem sua atuação social, uma tentativa de comprovar uma postura condizente com as demandas da sociedade, havendo na verdade uma adaptação da lógica capitalista ao contexto atual. Eles indicam ainda que a preocupação maior é com a imagem da organização, que deve demonstrar acima de tudo o compromisso com a sociedade (MOYSÉS FILHO, RODRIGUES, MORETTI, 2011).

Os autores supracitados apontam ainda que as organizações têm vários motivos para aderir à ideia da responsabilidade social. O primeiro motivo apontado é a questão estratégica, que percebe a RSE como uma oportunidade para os negócios; o segundo motivo seria a ética dos negócios em si, a qual compreende as organizações “como agentes morais e portadoras de uma ética empresarial”; e por último a visão sistêmica, que propõe que as organizações se envolvam com seus vários públicos de interesse (MOYSÉS FILHO, RODRIGUES, MORETTI, 2011, p.207). Para Paula Soares (2009), o que leva as organizações a assumirem uma postura de obtenção de lucros com responsabilidade é a possibilidade de as partes interessadas (stakeholders) se mobilizarem e fazerem retaliações caso uma organização desobedeça às regras básicas na sua relação com a sociedade.

Moysés Filho, Rodrigues e Moretti (2011) apresentam a seguinte definição para RSE, indicando aspectos que deveriam definir as ações responsáveis das organizações, mas que nem sempre são colocados em prática:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona, pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL).

Porém, na visão de Cederström e Marinetto (2013), a RSE tem se preocupado mais com aspectos práticos e principalmente com a empresa e seu desempenho, em detrimento ao contexto mais amplo e as questões macrossociais, focando mais a concepção de soluções realistas para problemas concretos, através de modelos gerenciais padronizados e as melhores práticas para uma conduta tida como ética.

Deste modo, é preciso ressaltar que apesar da responsabilidade social empresarial ter se concretizado nas teorias da administração, várias objeções são feitas ao conceito, como as

ações estarem muitas vezes limitadas aos relatórios anuais e ao exagero nas ações filantrópicas apenas com a intenção de melhorar a imagem e reputação da empresa, além de a RSE ser entendida no *mainstream* apenas como campanhas pontuais, incentivos e ações que as empresas praticam a seu critério, ao invés de ser uma filosofia que orienta suas ações regularmente (CEDERSTRÖM, MARINETTO, 2013; MITRA, 2013).

Ademais, deve-se considerar que apesar das empresas adotarem práticas de responsabilidade social, isso não significa que elas estejam levando mais a sério o seu papel político e social, mas está mais relacionado à uma mudança ideológica ligada a um novo espírito do capitalismo, em que uma das funções centrais da ideologia é justamente tornar invisível as contradições existentes entre as atividades empresariais e noção de bem social (CEDERSTRÖM, MARINETTO, 2013). Deste modo, os autores apontam que o papel da RSE vai além de uma propaganda utilizada pelas empresas para melhorar sua imagem, mas também que a RSE busca manter a legitimidade do capitalismo e das atividades empresariais. E é justamente por meio de tais ações que as empresas obtêm licença para exercer também ações que causam danos para a sociedade, pois através dos discursos de RSE, as corporações se justificam eticamente, com a promessa de que, eventualmente, em algum ponto, suas ações irão levar a algo bom (CEDERSTRÖM, MARINETTO, 2013).

No caso específico de construção de usinas hidrelétricas é possível perceber esse tipo de posicionamento, pois os atingidos têm sido usados apenas como meio para que a empresa alcance seus objetivos (CAMPOS, 2006), desprezando noções básicas como acesso, transparência e efetiva participação, que deveriam estar sempre presentes nas negociações desse tipo de empreendimento.

Os atingidos não participam da decisão das medidas mitigatórias, não tem acesso a informações relevantes sobre o processo e falta transparência sobre os impactos. Assim, a mitigação dos impactos causados não é realizada de forma adequada, deixando para as populações afetadas o pesado fardo de conviver com mudanças irreversíveis, sendo os atingidos obrigados a recomeçar suas vidas em condições, muitas vezes, totalmente distintas das anteriores e sem nenhum apoio.

Portanto, infere-se que a adoção de práticas de responsabilidade social ocorre mais como uma estratégia que busca manter o poder e a legitimidade das corporações, mediar conflitos e atender requisitos legais, do que por uma postura realmente ética. Deste modo, as práticas de RSE são empregadas estrategicamente para garantir os interesses das corporações em diferentes esferas (CEDERSTRÖM, MARINETTO, 2013). Assim, a RSE se apresenta na verdade como “uma tentativa de sistematizar e operacionalizar a gestão dos conflitos entre empresas e sociedade”, por meio de um falso “compromisso com a ética e com os interesses de outros atore” (KREITLON, 2008, p.86), e não como ações efetivas, que deveriam prezar pelo bem estar social, pela participação e pelo acesso e transparência da sociedade nas decisões empresariais.

### **3. Metodologia**

Este trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, com o propósito de identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da usina UHE Funil, na perspectiva de atingidos. Mais especificamente, buscou-se analisar essas implicações com base na participação e no acesso e transparência dos atingidos nos processos decisórios do empreendimento, a partir da Teoria de RSE.

Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada em três fases: revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Inicialmente a realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema auxiliou na fundamentação teórica, propiciando bases para a construção dos pressupostos iniciais desta investigação. Em seguida, a análise documental buscou reunir informações sobre o empreendimento em estudo, levantando as obrigações

legais do consórcio, as etapas de implantação da usina e o discurso dos empreendedores, bem como auxiliar na compreensão da realidade dos atingidos. Por fim, a pesquisa de campo se deu através de visitas à Comunidade do Funil, para a realização de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Cabe destacar que a escolha por essa comunidade, se deve ao fato de ter sido identificado, durante a pesquisa de campo, um grande número de ações (intervenções) implementadas pelo consórcio nesta comunidade em comparação com as demais, representando assim uma fonte de dados mais relevante para o foco desta pesquisa. Portanto, optou-se por realizar um estudo de caso sobre a Comunidade do Funil, buscando conhecer com mais profundidade tal realidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com questionário semiestruturado. Foram considerados como sujeitos da pesquisa os atingidos pela barragem do Funil, incluindo aqueles que são representantes de associações locais, residentes na Comunidade do Funil, considerando-se o conceito de Vainer (2008).

O critério de inclusão de entrevistados foi por conveniência e/ou acessibilidade, segundo interesse e disponibilidade de participar da pesquisa. Também foi utilizado o método bola de neve, solicitando aos indivíduos já entrevistados que indicassem outros atores que poderiam participar da pesquisa (ALENCAR, 1999).

Para delimitar o número de participantes na pesquisa, foi adotado o princípio de saturação, em que o número de entrevistados foi delimitado quando as informações se tornaram repetitivas. Assim, o total de entrevistas realizadas foi 16, sendo 12 atingidos e 4 atingidos representantes de associação. Para garantir o anonimato dos entrevistados, não serão utilizados seus nomes, sendo estes identificados apenas por ordem numérica.

A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo, de acordo com as orientações de Bardin (2010). As implicações identificadas foram orientadas pela teoria, considerando os aspectos social, ambiental e econômico, e foram analisadas sobre a perspectiva de RSE, tomando como base a participação e o acesso e transparência dos atingidos nos processos decisórios.

#### **4. Resultados e discussão**

Este tópico buscou identificar as principais implicações causadas pela construção da UHE Funil, através da percepção dos atingidos, tentando assim descrever as mudanças decorrentes desse processo. É preciso ressaltar que, apesar de haver na teoria diversas classificações e divisões das implicações causadas por esse tipo de empreendimento, neste trabalho optou-se por não utilizar uma classificação específica e nem dividir as implicações em grupos. Isso se deve ao fato de que a pesquisa se fundamentou na perspectiva dos atingidos e como esses atores não expressaram em seus depoimentos nenhum tipo de classificação teórica específica, definiu-se que as análises levariam em conta os termos expostos pelos atingidos de acordo com sua realidade, buscando trazer de forma fidedigna suas percepções sobre as implicações desse processo.

Mediante a análise das entrevistas, foi possível identificar as principais implicações causadas pela implantação do empreendimento para os atingidos. A principal implicação, voltada para o aspecto econômico, foi em relação ao trabalho, sendo que dos 16 entrevistados, 14 comentaram sobre o tema. Os relatos indicaram que houve uma diminuição no número de postos de trabalho na região, principalmente pelo fato de que o enchimento do lago causou uma separação entre as áreas da comunidade onde vivem os atingidos e das grandes fazendas, onde muitos trabalhavam anteriormente. Antes do empreendimento, o rio também separava essas áreas, mas havia a ponte do Funil que servia como ligação entre as duas margens, ponte que atualmente não existe mais.

O resto trabalhava em roça, perderam o emprego, tem gente que tem que atravessar de barco pra trabalhar longe em fazenda... (atingido 9).

Os que viviam de pesca aqui, não estão mais aqui, não tem condições de sobrevivência. [...] basta dizer que muita gente deixou de morar aqui, venderam as casas que ganharam porque não tinha condição de serviço (atingido 2).

Além disso, também ocorreram mudanças quanto ao tipo de trabalho, principalmente para aqueles que trabalhavam na roça ou com a pesca. Esses atingidos se viram obrigados a assumir outros tipos de trabalho e até modificar totalmente suas rotinas, trabalhando nas cidades próximas. Alguns entrevistados apontaram ainda que os seus meios de subsistência e sua renda também foram afetados devido às áreas inundadas e pela mudança para a comunidade, pois muitos tiravam da própria terra os alimentos e as matérias-primas para seu trabalho. Pode-se constatar que faltou transparência do consórcio em relação às mudanças que ocorreriam nas condições de trabalho e como afetariam a vida dos atingidos, pois estes esperavam que ocorressem melhorias nesse aspecto.

[...] fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira, o meu carro chefe era os balaios, ai eu vendia os balaios e saia líquido aquele lucro e hoje infelizmente aquela matéria prima não tem mais, essa era a facilidade que tinha lá (atingido 4).

Piorou, piorou! Porque onde nós morava nós tinha um pedacinho de terra, e ali nós tinha de tudo, tinha mangueira na horta, laranjeira, goiabeira, tinha limoeiro; Criava muita galinha, tinha um frango pra comer não precisava de comprar, tinha verduras e aqui hoje tudo é na base do dinheiro(atingido 11).

Ainda em relação ao trabalho e a renda, é importante comentar e reforçar a insuficiência dos Programas de Reativação Econômica em propiciar uma alternativa de trabalho e sustento para os atingidos. De acordo com as falas dos entrevistados, pode-se inferir que as atividades propostas não se adequaram a realidade local e são incapazes de gerar uma renda suficiente para os associados. Devido à ineficácia desses programas, o Consórcio buscou recompensar os membros das associações com a doação de cestas básicas mensais, representando uma medida que busca minimizar as perdas sofridas pelos atingidos em relação ao trabalho e a renda, criando uma relação de dependência entre associados e consórcio, em que prevalece o poder do consórcio sobre a vulnerabilidade dos atingidos, como já discutido no tópico sobre os programas de reativação econômica.

Aquele programa de reativação econômica, como se diz é obra pra inglês ver! Eles fizeram um prédio [...] com freezer, barco, mas não tem peixe e ficou apodrecendo aquele monte de barco... (atingido 9).

A gente começou trabalhando com ela doze pessoas, depois não tava entrando dinheiro foi afastando tudo mundo e ficamos em quatro [...] Como esse trabalho não estava dando renda, falei assim o que vamos fazer, as meninas sempre falava que não entrava dinheiro, que precisavam trabalhar, que precisava de ganho, que só tinha o salário disso, que o esposo também reclamava (representante de associação 2).

Outro aspecto atrelado à questão do trabalho e renda que merece destaque é o comércio local, o qual foi comentado por dois entrevistados que trabalham no setor. Eles apontaram que após a construção da barragem, houve uma queda no comércio local, principalmente pela mudança de local e pela perda do ponto turístico e símbolo da comunidade (a ponte e o rio). Os pequenos mercados dependiam das compras dos moradores da região, que antes tinham pouco acesso à cidade e ali compravam tudo aquilo que precisavam. Já os comércios voltados para o turismo, como os bares e restaurantes, não

possuem mais os mesmos atrativos turísticos, pois vários ficaram distante das margens do lago. Outro fator pode ser que, apesar do aumento de casas e pessoas que frequentam a região nos finais de semana, provavelmente a maioria dessas pessoas traz da cidade tudo aquilo que consomem e não compram nos comércios locais.

Pra mim não foi bom não, porque eu tinha um comércio na beira d'água, que tinha um movimento bom, corria dinheiro e me acabou com o movimento lá, me pagaram muito pouco, uma mixaria, e me tirou a renda tudo (atingido 5).

Por exemplo, eu que tinha o meu comércio na beira da água ele deveria me dá um novo comércio na beira do lago, entendeu? Porque hoje eu não tenho acesso de lancha não tenho acesso de nada aqui no meu bar (atingido 6).

Outra implicação identificada em relação ao aspecto econômico foi vista como positiva pelos atingidos e refere-se à valorização das terras da região, devido à formação do lago e o seu potencial turístico, o que gerou um aumento na construção de casas para aluguel de fim de semana e a criação de loteamentos, apontando que tal situação permitiu uma fonte de renda alternativa para alguns dos atingidos. No entanto, é preciso destacar que esse fator favoreceu poucos atingidos que tinham propriedades maiores e às margens do lago, sendo que apenas seis entrevistados comentaram sobre esse benefício. Os demais atingidos, provavelmente por não terem casas ou lotes próximo ao lago, não usufruem de tal vantagem para obter renda extra.

Só melhorou porque lá loteou, muita gente no final de semana, muitas casas. [...] lá tá alugado direto (atingido 12).

Porque pintou muitas construções bacana ai na beira da represa, valorizou os terrenos aqui [...] (atingido 6).

Também cabe destacar que apesar do potencial turístico e suas diversas possibilidades de exploração após o enchimento do lago, alguns entrevistados relataram que mesmo com algumas melhorias, essa opção tem sido mal explorada, pois não há incentivos e nem estrutura adequada para seu aproveitamento, além da extinção de outros pontos turísticos naturais, impactando tanto a questão econômica, como refletindo também em implicações sociais e ambientais.

A questão da infraestrutura do turismo que precisa melhorar, sei lá, talvez asfaltar essa estrada, fazer uma marina ali, uma coisa que possa atrair o turista. Que a gente atraia o turista porque a gente tinha a cachoeira, era uma beleza natural [...] Hoje não tem infraestrutura. Hoje o turismo até hoje não tem (atingido 7).

Turismo aqui tenta uma iniciativa do turismo mais não avança, porque aqui não tem estrutura pra turismo, na realidade não tem (representante de associação 2).

Em relação aos aspectos sociais, a principal implicação, apontada por 14 dos entrevistados, foi a mudança na rotina e nos meios e modos de vida. Ficou evidente que a construção da barragem e a ida para a Comunidade do Funil representaram uma grande transformação na vida dos atingidos. Isso se deve primeiramente ao fato de que a maioria dessas pessoas vivia em sítios e era acostumada com a vida rural, passando a viver depois em uma comunidade sob a lógica de área urbana, em casas com um espaço mais limitado e tendo que conviver com vizinhos que antes não tinham, além da presença de pessoas de fora da região e da comunidade. Também identificou-se uma mudança quanto às relações sociais entre essas pessoas. Apesar de a comunidade reunir os atingidos quanto à proximidade física, houve um afastamento e uma desunião entre estes após a ida para a comunidade, provavelmente pelo aspecto citado anteriormente. Esses resultados são corroborados pela visão de Piacenti et al. (2003), de que as realocações geralmente modificam o perfil da comunidade e o seu sistema populacional, podendo causar alterações na cultura e no modo de vida das pessoas.

Agora dividimos muros. Pra muitos aqui o convívio foi bom sabe, mas têm muitos que o convívio não foi bom não, acostumado a viver naquele mundo, sozinho quietinho no seu canto e depois juntou todos, todos eram conhecidos só que cada um em seu lugar né, agora juntou todo mundo junto. Acho que isso não foi bom não moça (representante de associação 4).

A gente vivia esparsa ao longo do rio, então você tinha afinidade aqui, ali. Hoje não, hoje você é obrigado a ter afinidade com todo mundo. Então começa a gerar conflito. Teve uma fase na comunidade de todo mundo ser inimigo de todo mundo, entendeu? O cara morava longe, de repente você tem um vizinho ali do lado te olhando (atingido 7).

Então mais gente de fora, gente de São Paulo, Lavras, outros lugares. Então modificou muito. A tarde uma hora dessas só tinha os moradores ali da região da Ponte do Funil (atingido 10).

Modificou a rotina, não há tanto diálogo, desuniu o pessoal. A rotina antiga era melhor, aqui é muito parado, o pessoal era animado (representante de associação 3).

Alguns entrevistados apontaram que também houve uma perda de raízes para os atingidos, ocasionada tanto pela mudança de local quanto pela mudança em aspectos simbólicos, como a cultura local e as tradições, apontando que a realocação não causa apenas mudanças físicas, mas também desestrutura as relações remanescentes e as práticas desses atores, além de gerar uma ruptura social (NOBREGA, 2011; VAINER, 2008).

Nó, mudou tudo! Mudou completamente! Eu vi muita gente triste lá, pessoal mais velho principalmente. Perdeu a raiz do lugar, lá era muito bonito (atingido 9).

A religiosidade, por exemplo, perdeu um pouco. Tudo isso passou por transformações (atingido 7).

A ocorrência de transformações profundas na vida dos atingidos pode ser relacionada ao fato de que no planejamento desses empreendimentos geralmente não são levados em conta os aspectos sociais e há uma exclusão dos atingidos em decisões que deveriam definir a melhor forma de realocá-los, garantindo o mínimo de transtorno possível para essas populações (SILVA, 2007), pois como afirma Nobrega (2011), esses atores são desqualificados pelos empreendedores e vistos como empecilhos aos seus interesses, sendo assim privados de participar dos processos que definem a implantação das usinas. E mesmo com tantas implicações e danos causados aos atingidos, cabe destacar que estes apontaram que não tiveram nenhum tipo de auxílio ou acompanhamento de profissionais, como psicólogos. Percebe-se ainda que houve um grande abalo emocional para os atingidos, com passagens que relatam o medo e o receio da mudança, que pode estar relacionado ao fato de os atingidos não terem conhecimento de quais seriam as mudanças em suas vidas.

Foi um impacto social imenso, [...] Eu vi muita gente chorar, em toda a extensão do lago. [...] Não foi nenhum psicólogo nada, pra falar com a gente (atingido 9).

Houve uma indenização, mas não teve um apoio moral e o negócio foi mal feito (atingido 8).

Ah, problema trouxe né, o sofrimento de todo mundo até amadurecer a ideia, muita gente chegou a chorar, lamentar as suas raízes e tal [...] (atingido 3).

No início foi um susto pra muita gente né... foi um choque (representante de associação 4).

Apesar dos impactos negativos relatados acima, os entrevistados também apontaram fatores positivos após a construção da barragem. Cerca de 35% dos entrevistados identificaram a melhoria nas condições de vida e maior facilidade de acesso a serviços sociais básicos como fatores positivos. Esses aspectos estão relacionados à melhoria das moradias na

nova comunidade e com a construção de escola, posto de saúde e criação de uma linha de transporte público para a comunidade. Esse impacto positivo está atrelado a ações que o consórcio se propôs a realizar, como a construção das novas casas para os atingidos, e também a sede da escola e do posto de saúde, além das parcerias com a prefeitura para a prestação de serviços na comunidade.

É as mudanças que eu te digo é que melhorou numas coisas, por exemplo, ônibus e o problema esses servicinhos que tem aí também né agricultura, pescaria, o artesanato deles, o posto médico, escola né? Que por exemplo quando nois morava lá na ponte mesmo pra estudar nois tinha que andar longe e agora não aqui tá tudo aí, entrou na porta da sala saiu na da cozinha, aí melhorou (atingido 11).

Além dessas implicações, alguns relatos também demonstraram que houve uma preocupação por parte do consórcio com a questão ambiental, provavelmente pela legislação relacionada a essa dimensão nos processos de licenciamento ambiental. Na época da implantação da usina foram realizadas ações voltadas para proteger a fauna e a flora, como a remoção de animais. Até os dias atuais também existem ações voltadas para os impactos ambientais causados na região, como a contenção de erosões e desmoronamentos. Mas, vale citar que todas essas medidas são critérios legais. Tal aspecto fica evidente na fala do atingido 8 ao expor que os empreendedores pareciam se preocupar mais com os animais do que com as pessoas, comportamento que provavelmente se justifica pela maior quantidade de leis e exigências ambientais do que critérios voltados para as questões sociais dos atingidos.

[...] foi uma abordagem curiosa, participei de reuniões e foi muito divertido porque se preocupavam com macaco, com passarinho, com a cobra, depois de muito pelear com tudo, é gastaram um pedacinho do tempo deles pra perguntar sobre a gente, eu acho muito curioso dentro da minha terra é eu não ser a peça principal do ambiente, isso é outra colocação muito interessante (atingido 8).

Outra coisa, eles ficam de cima, qualquer desmoronamento que dá em torno da represa, porque passa muito barco, lancha, ou talvez até ação do vento também, tá havendo alguma erosão, eles tão correndo em cima, vai lá, contratou uma empresa, coloca uma rede, coloca pedra, então eles tão acompanhando (atingido 1).

Mas, apesar das ações do consórcio, é impossível evitar que um empreendimento que afeta uma área tão grande não cause impactos sobre o meio ambiente. O principal problema ambiental identificado pelos entrevistados refere-se à diminuição da quantidade de peixes após o enchimento do lago. Vários entrevistados relataram que na época do rio havia peixe com fartura, sendo que muitas pessoas na região viviam da pesca ou tinham a pesca como meio de ajudar na própria subsistência da família, afetando também economicamente essas pessoas.

Hoje a parte de pesca fracassou né, porque cria peixe, não é tão boa assim a criação, não pesca porque aqui não dá peixe, nessa represa aí não dá peixe, você arma aí trezentos, quatrocentos metros de rede e pega um quilo de peixe, isso aí acabou, a pesca acabou (representante de associação 2).

Peixe não tem, vai pescar, não tem nada (atingido 2).

Eu mexia com pesca lá na ponte, dava peixe demais! Aí alagou, formou o lago e destruiu tudo tanto pra cima quanto pra baixo, o rio pra baixo e pra cima... mas a barragem matou mais de vinte toneladas de peixe lá, foram fazendo cratera deste tamanho lá e jogando os peixes lá, foi o negócio mais triste do mundo e eles abafaram e não deixaram ninguém entrar (atingido 9).

Destaca-se que, apesar de representar um dos grandes impactos do empreendimento e da preocupação com as questões ambientais no mundo atual, esse aspecto foi pouco citado pelos entrevistados, não se revelando como uma preocupação para os atingidos que tinham pouco conhecimento a respeito do tema, representando novamente a falta de participação no

processo, e de acesso e transparência sobre informações envolvidas na implantação do empreendimento.

Pode-se considerar que os relatos demonstram que faltou acesso à informação e transparência quanto aos impactos sociais, econômicos e ambientais que seriam causados pela construção, além de uma falta de participação da população na busca por uma definição de critérios e medidas mitigatórias que fossem capazes de realmente minimizar os danos sofridos.

De forma geral, é possível concluir através dos relatos dos entrevistados, que o consórcio adotou diversas ações voltadas para os atingidos da Comunidade do Funil. Porém, deve-se destacar que tais ações buscaram principalmente atender às demandas legais impostas por órgãos reguladores para a liberação do empreendimento, sem ter uma real preocupação com os impactos decorrentes para a vida dos atingidos. Confirma-se tal perspectiva pelo fato de que em vários momentos as falas desses atores revelaram que as ações e medidas mitigatórias implementadas pelo consórcio foram incapazes de minimizar os impactos e reestabelecer os meios e modos de vida dos atingidos. Essas percepções podem estar relacionadas à insuficiência das regulamentações do setor, que geralmente favorecem ou deixam brechas para os empreendedores, como conceder poder às concessionárias e permissionárias para desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, reduzindo o problema social a uma questão meramente indenizatória (VAINER, 2007). Além disso, os mecanismos legais não pontuam quais são as responsabilidades dos empreendedores e nem os direitos das populações afetadas. Esses e outros fatores contribuem para estruturar as disparidades e as injustiças nesses processos, através de negociações pautadas pela desigualdade de participação, acesso a recursos e informações, falta de transparência quanto às ações empresariais, além da presença de fortes relações de poder.

## **5. Considerações finais**

A construção de uma usina hidrelétrica é uma situação complexa e que envolve várias partes, em especial, empreendedores e atingidos. Diante deste cenário de interesses divergentes e implicações irreversíveis, este trabalho buscou investigar essa realidade, tendo como objetivo geral identificar e analisar as implicações decorrentes da implantação da UHE Funil, na perspectiva dos atingidos, utilizando noções básicas do conceito de RSE como participação, acesso e transparência.

Conforme Piacenti et al. (2003) essas implicações podem ser ambientais, sociais e econômicas. Apesar de nas falas dos entrevistados não haver essa categorização é possível identificar, a partir desta divisão, os impactos sofridos pelos atingidos. Além disso, também pode-se perceber como as ações sociais implementadas pelo consórcio não se adequaram às expectativas da comunidade atingida.

As implicações ambientais percebidas pelos atingidos dizem respeito principalmente a transformação do ambiente e a diminuição dos peixes na região. Pode-se verificar que, os impactos ambientais foram pouco discutidos pelos entrevistados, devido à falta de conhecimento sobre o assunto, tendo partido do consórcio a preocupação com a conservação da fauna e flora local devido a aspectos legais e adequações ambientais do empreendimento.

Sobre os aspectos sociais, a implicação originária foi a adoção de medida migratória, a partir da transição do meio rural para o meio urbano, derivando desta a modificação das relações sociais dos atingidos e a perda de aspectos simbólicos daquela comunidade. Apesar do acesso a serviços sociais básicos (saúde, educação, habitação e transporte) ter sido mencionado pelos entrevistados como um aspecto positivo, percebe-se que o consórcio preocupou-se apenas com a mudança de espaço físico e não mensurou adequadamente as modificações sociais que a nova estrutura social traria para os atingidos.

Quanto as implicações econômicas, é possível perceber a partir dos relatos dos atingidos, a diminuição dos postos de trabalho, a extinção de atividades econômicas características da região, como por exemplo, a pesca e a agricultura, a diminuição do comércio local e alteração do cenário turístico da região. Quanto à postura do consórcio, os entrevistados apontam que as ações adotadas direcionam para subsídios, à criação de programas de reativação econômica e medidas assistencialistas, que caracterizam uma relação de dependência entre atingidos e consórcio.

Em todos os relatos surgiram referência ao fato de a implantação do empreendimento ter modificado a rotina, o estilo de vida e o tipo de trabalho/emprego, e que muito pouco foi feito no sentido de reestabelecer essa rotina, acarretando problemas de adaptação, sendo que os impactos decorrentes da implantação da barragem na região permanecem até os dias atuais.

As ações sociais e medidas mitigatórias adotadas pelo Consórcio não foram suficientes para minimizar os danos causados para os atingidos, nem reestabelecer seus meios e modos de vida. Percebe-se que essas ações são pontuais e apenas cumprem com as obrigações legais impostas a esse tipo de empreendimento, deixando de lado aspectos fundamentais sobre os impactos na vida dessas pessoas. Através dos relatos é possível afirmar que as ações do consórcio não foram condizentes com as preocupações expressas pelos atingidos, revelando a precária participação desses atores nas tomadas de decisão, provocando conflitos e não atingindo as suas expectativas.

Cabe destacar também que, o consórcio realizou um processo de negociação unilateral, com critérios e padrões de indenização estabelecidos pelos próprios empreendedores, o que impossibilitou maior acesso às informações sobre a implantação do empreendimento e sobre os direitos dos atingidos. Deste modo, os atingidos não participaram e não participam efetivamente de decisões sobre as ações do consórcio, o que revela a falta de transparência sobre o processo, as decisões e suas implicações. Assim, a minimização dos impactos causados não é realizada de forma adequada, deixando para os atingidos o pesado fardo de conviver com mudanças irreversíveis e recomeçar suas vidas em condições distintas das anteriores.

Além disso, percebe-se que a legislação atual do setor é inadequada e tem sido utilização de maneira falha, em especial nas questões de licenciamento ambiental e obtenção do EIA-RIMA, em relação ao estabelecimento de medidas eficazes para a mitigação dos impactos sofridos pelos atingidos. Portanto, verifica-se a necessidade de rever e aprimorar os critérios para o licenciamento desses empreendimentos, além de buscar proposições de novas regulamentações e políticas públicas para o setor, e também ações de RSE por parte das empresas, que sejam capazes de garantir uma adequada mitigação dos impactos e melhores condições de vida para as populações atingidas por barragens, superando a visão generalista dos critérios legais que contribuem para a concentração do poder de decisão apenas nas mãos das empresas.

O caso analisado neste estudo comprova que os discursos do desenvolvimento e de RSE que acompanham as usinas hidrelétricas, não conseguem incluir as populações locais em seu planejamento (SILVA, 2007), adotando ações que são incapazes de atender aos anseios e necessidades dos atingidos. Comprova-se a existência de um contexto com divergência de interesses entre as partes envolvidas e de uma ação política que busca tornar invisíveis os conflitos entre os atores, complementado por uma articulação entre a exclusão das populações locais do planejamento das ações e da priorização de um discurso de RSE que privilegia interesses corporativos, levando os atores mais vulneráveis a sofrer as maiores perdas em termos culturais, sociais, econômicos, ambientais nas regiões onde são implantados esses empreendimentos, e que, ainda assim, garantem uma legitimidade - nem tão legítima, à ação empresarial. Portanto, há uma imensa necessidade de se repensar a RSE à luz de uma visão

mais crítica, refletindo sobre seus verdadeiros princípios e intenções no âmbito organizacional e para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA. 1999. 131 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.
- BASTOS, F. M. **Neoliberalismo e a recente política de privatização no Brasil**: o caso da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal SA–RFFSA. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, jan./abr. 2007.
- CAMPOS, T. L. C. Políticas para *stakeholders*: um objetivo ou uma estratégia organizacional? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 111-130, 2006.
- CEDERSTRÖM, C.; MARINETTO, M. Corporate social responsibility á la the liberal communist. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 416-432, 2013.
- COLITO, M. C. E. A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço-comunidades rurais ameaçadas pela UH de Jataizinho- Rio Tibagi/Pr. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 275-258, 2000.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica**. Rio de Janeiro, 2013.
- FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JÚNIOR, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Barra Grande. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/10>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- INSTITUTO ETHOS. **Valores, transparência e governança**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/#.VFzV2vnF9lw>>. Acesso em: 22 set. 2014.
- KREITLON, M. P. **O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação**: um olhar sobre o campo do petróleo. Bahia: UFBA. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- LETURCQ, G. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...**, Salvador: [s. n.], 2007. 1 CD ROM.
- LIMA, S. C. **Reforma do Estado e o setor de infra-estrutura no Brasil durante o período 1990-2002**. 2012. 191 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- MITRA, R. Book Review: Reassessing corporate social responsibility for the hyper-global network society: centering communication. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 477-485, 2013.
- MOYSÉS FILHO, J. E.; RODRIGUES, A. L.; MORETTI, S. L. A. Gestão social e ambiental em pequenas e médias empresas: influência e poder dos stakeholders. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 204-236, 2011.
- NASCIMENTO, K. A.; PEREIRA, J. L. G. Desenvolvimento e culturas locais: a visão dos moradores sobre a construção da hidrelétrica de Baguari – MG. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE, 2., 2010, Belém. **Anais...** Belém: [s. n.], 2010.

- NOBREGA, R. S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 19, n. 36, p. 125-143, 2011.
- NOGUEIRA, N. D. **A Usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG: o significado da barragem para os atingidos.** 2007. 93 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2007.
- PASE, H. L.; ROCHA, H. J. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 32, 2010.
- PAULA SOARES, G. M. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!? **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2004.
- PIACENTI, C. A. et al. Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, v. 104, p. 103-123, 2003.
- PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. Injustiças da sustentabilidade: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 100, p. 37-64, 2013.
- SILVA, A. M. Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...** Salvador: [s. n], 2007.
- SILVA, L. L. C.; MORET, A. S. Impactos sociais de hidrelétricas e a necessidade de legislação para o remanejamento. **Hidro&Hydro**, Itajubá, n. 54, p. 16-25. jul./ago./set. 2012.
- SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. Os Atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D’água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2011.
- UHE FUNIL. **A usina.** Disponível em: <<http://www.ahefunil.com.br/home/>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- VAN AAKEN, D.; SPLITTER V.; SEIDL, D. Why do corporate actors engage in pro-social behaviour? A Bourdieusian perspective on corporate social responsibility. **Organization**, London, v. 20, n. 3, p. 349-371, 2013.
- WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development: a new framework for decision-making.** Berkeley, 2000.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.